



ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ivany Steffany Brito do Nascimento¹
Railane Santos Sousa²

RESUMO

Na Educação Infantil, desenvolvem-se habilidades e competências que são essenciais para a continuidade do ensino, e favorecem a aplicação dos conhecimentos nos demais contextos. Contudo, pode muitas vezes não ter a sua significação aparente, sendo analisada como uma etapa desnecessária, sem finalidade pedagógica, ou somente como um preparo para as etapas seguintes. Diante disso, precisa-se reconhecer a relação entre os aspectos físicos, afetivos, sociais, emocionais e cognitivos, de modo que a criança sinta segurança, estabeleça vínculos, e, assim, seja atribuída intencionalidade às suas vivências escolares. Portanto, o presente artigo pretende analisar a organização do tempo, do espaço e da rotina professor-criança, criança-criança, e o vínculo família-escola, como meios para o desenvolvimento psicossocial da criança e de sua autonomia. Pautou-se em estudos bibliográficos, acerca das perspectivas de autores que discutem a respeito da criança como o centro da construção das suas experiências, da afetividade, da ludicidade, e dos espaços, como instrumentos pedagógicos como COLLARES (2003) e CUNHA (2010). Evidencia-se que, apesar do reconhecimento legal e dos estudos realizados acerca do valor da Educação Infantil e de sua imprescindibilidade para o desenvolvimento, opiniões que a anulam e menosprezam as atividades realizadas com as crianças nessa etapa, continuam a se fazer presentes, a exemplo disso, as brincadeiras, que não são reconhecidas como uma forma de aprendizagem e interpretação dos acontecimentos. Na Educação Infantil, a criança tem o seu primeiro contato para além do círculo familiar, portanto, a todo momento, as crianças convivem e socializam com os seus pares, a cada instante se reconhecem regras, se instiga o respeito e demonstra-se a liberdade, e a criança analisa o seu comportamento, construindo-o para o mundo real.

Palavras-chave: Educação Infantil, Criança, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Todo o processo educacional de um indivíduo acontece por meio de etapas que são cruciais para o seu desenvolvimento. Assim, cada fase deste percurso possui um significado no processo de aprendizagem e construção dos conhecimentos, tendo em consideração que as habilidades e competências adquiridas em determinado momento desse processo, influenciam diretamente no seu prosseguimento. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, caracterizada pelo senso comum como a etapa das brincadeiras, todavia, a sua visualização de maneira superficial pode tirar o seu significado e desconsiderar as aprendizagens adquiridas

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, ivanyascimento.20190001810@uemasul.edu.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, railanesousa.20190001490@uemasul.edu.br.

nessa fase do desenvolvimento, bem como, o trabalho dos profissionais envolvidos nesse processo.

Assim, a Educação Infantil não deve ser vista somente como algo que vai preparar as crianças para adentrar a escola. Na Educação Infantil, a criança já iniciou o seu processo de educação, ou seja, o seu processo de desenvolvimento, ela já faz parte do ambiente escolar, portanto, tudo o que ela aprende se manifesta em suas atitudes, no seu comportamento e na construção das suas experiências, motivo pelo qual existe uma estruturação de todos os aspectos – implícitos ou explícitos – que compõem essa etapa da educação.

Dessa forma, o presente artigo pretende analisar a organização do tempo, do espaço e da rotina professor-criança, criança-criança, e o vínculo família-escola, como meios para o desenvolvimento psicossocial da criança e de sua autonomia, considerando que todos os elementos que compõem o ambiente escolar e caracterizam as relações interpessoais na comunidade escolar devem ser analisados através de sua natureza pedagógica. Há uma organização, planejamento e preparação para receber a criança nesse espaço e no tempo em que a criança está presente, havendo então uma rotina que não é despreziosa e descompromissada para com o seu desenvolvimento, pelo contrário, reflete no seu convívio social e na sua apropriação de diferentes vivências e culturas, construindo o seu próprio saber.

Para a construção do trabalho, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, pautada em estudos bibliográficos, acerca das perspectivas de autores que discutem a respeito da criança como o centro da construção das suas experiências, da afetividade, da ludicidade, e dos espaços, como instrumentos pedagógicos, como COLLARES (2003) e CUNHA (2010).

Através dos estudos, percebe-se a imprescindibilidade dos profissionais da educação e dos ambientes escolares para a vida educacional das crianças até os 5 anos e 11 meses, pois, é na escola que elas estabelecem os seus primeiros vínculos sociais com outros adultos e com crianças da mesma faixa etária, haverá uma troca de vivências e elas iniciarão também a conhecer as regras para o convívio em sociedade. Por meio das brincadeiras, leituras, contações de histórias e demais atividades realizadas, as crianças irão desenvolver a sua coordenação motora, trabalhar as emoções e as formas de externalizá-las, além da capacidade de interpretação dos acontecimentos e de expressar as suas opiniões.

REFERENCIAL TEÓRICO



Historicamente, foi sustentada uma concepção errônea de infância, pelo fato de ser feita somente uma diferenciação quantitativa entre crianças e adultos, na idade, na altura e em suas outras medidas, como se a criança fosse um adulto em tamanho reduzido, e assim, esperava-se que tivessem as mesmas habilidades e capacidades, sem limites e sem etapas. No entanto, para que seja possível compreender a criança, precisamos reconhecer que existe a maneira qualitativa de fazermos essa distinção. É fato que o ser humano está em constante evolução, e possui tendência a aprimorar a cada dia os seus conhecimentos e aptidões, todavia, essa evolução ocorre gradativamente, e obedece a ritmos diferentes.

Assim, é necessário que façamos uma análise do seu desenvolvimento cognitivo, intelectual, social e cultural, logo, é necessário observar o desenvolvimento em sua totalidade e obter o denominado “sentimento de infância”, ou seja, considerar que o ser humano se desenvolve por fases, e a criança se encontra em uma fase diferente do adulto, e possui um raciocínio e uma noção de mundo também distinta. Bem como explicitado em Ariès apud Schramm, et al (2019, p. 12): “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem [...]”.

Portanto, não havia separação entre crianças e adultos, a criança não possuía o seu próprio espaço, as suas necessidades individuais não eram notadas, as atividades eram divididas por gênero e classe social, de modo que a criança não tinha um tempo específico para simplesmente ser criança, muitas vezes se encontrava envolvida somente com as suas tarefas cotidianas (as meninas acompanhavam as mães na cozinha e demais tarefas domésticas, e os meninos acompanhavam os pais em trabalhos mais “pesados”, negócios, comércio, etc., trabalhos designados como “masculinos”) que eram realizadas juntamente com as pessoas de mais idade, o que lhes atribuía maiores responsabilidades e antecipava o futuro, fazendo-as deixar de viver o presente.

Com o passar dos anos, foi notada a necessidade de instruir as crianças formalmente, mas como uma forma de prepará-las para essas atividades. De acordo com Heywood apud Caldeiras (2008, p. 3) “A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos.

Assim, no Brasil, a Educação Infantil não foi reconhecida e difundida desde o princípio, as suas primeiras regulamentações surgiram em meados do século XIX, quando a Constituição reconhece a educação em creches, entretanto, ela trazia a ideia de acolhimento, pensado em



bebês e nas crianças carentes, que eram privadas de exercer os seus direitos. Nesse caso, a evolução se trata do fato de que a educação passou ser um direito da criança e um dever do Estado, pois “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205).

Dessa forma, segundo Vigotsky apud Oliveira (2002), que enfatiza a criança como sujeito social que faz parte de uma cultura concreta, a concepção de criança foi mudando, aquele sujeito que outrora era nulo pela sociedade, agora começa a ser compreendido como um ser sócio-histórico. Adiante, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança teve, garantidos em lei, os seus direitos como cidadã. Atualmente, com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), passou-se a ter uma nova concepção sobre criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010, p. 12).

Seguindo essa perspectiva, é possível concluir que as crianças também necessitam de uma atenção especial em cada etapa de sua vida, e suas primeiras interações com o mundo externo, bem como, a sua primeira inserção no ambiente escolar serão de total relevância no seu processo evolutivo, sendo este, portanto, um dos fatores em que as instituições de Educação Infantil atuais devem modificar os seus paradigmas e implementar propostas pedagógicas, de modo a englobar as singularidades de todos os integrantes, desde o seu ritmo de aprendizagem, à realidade social em que eles estão inseridos, e à sua cultura, de maneira inclusiva, pois, a partir do momento em que esses aspectos são incluídos nos planejamentos, as crianças ampliam as suas capacidades de utilizar os aprendizados em outros campos de conhecimento e em outros momentos de suas vidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por ser a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem ressaltada a sua importância no processo de formação da identidade dos indivíduos. Portanto, ela deve ser elaborada, visando – além das competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC



– principalmente os seis direitos de aprendizagens e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se), e os cinco campos de experiências (o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), que asseguram experiências de autoconhecimento e proporcionam bons relacionamentos e interações, atribuindo finalidade pedagógica às suas vivências.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2018, p. 37).

O currículo, na Educação Infantil, deve ser pensado para atender as necessidades da faixa etária em que a criança se encontra. Piaget apud Cunha (2010), caracteriza em sua teoria das fases do desenvolvimento, que quando as crianças entram no ambiente formal de educação, elas passam pelas fases sensório-motor e pré-operatório, em que, a primeira, é uma fase de descobertas, na qual, elas conhecem o mundo através do toque e desenvolvem sua coordenação motora; e a segunda, é a fase dos “porquês”, na qual, a curiosidade sobre o mundo aumenta e a ludicidade toma conta da vida das crianças. Assim, para que seja vivenciada da melhor forma, deve-se dispor de um ambiente que seja acolhedor.

Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil, devem atentar-se para o fato de que os espaços escolares ou exteriores ao ambiente escolar também se constituem como grandes parceiros pedagógicos entre as interações e brincadeiras, e podem proporcionar ainda mais prazer no aprender, quando explorados da melhor forma. Os espaços educacionais não são ambientes avulsos do processo de desenvolvimento da criança, por esse motivo, devem também ser introduzidos na estrutura curricular, de maneira segura, mas ao mesmo tempo instigadora, de modo que a criança possa perceber que houve uma organização, que possui um significado, e, sobretudo, transmite uma sensação de acolhimento, para que ela se sinta confortável para ficar, e sempre tenha vontade de voltar.

As DCNEI (2010), tratam ainda, da organização de espaço, tempo e materiais, e asseguram que o planejamento e a preparação dos espaços de interação na Educação Infantil, deverão prever condições que promovam o trabalho coletivo e garantir a educação em sua integralidade, a indivisibilidade das dimensões do desenvolvimento, uma comunicação efetiva e um bom relacionamento com a família (além de sua participação no desenvolvimento) e a

comunidade, visando o compartilhamento dos saberes e o conhecimento de outras culturas; além de proporcionar acessibilidade e mobilidade para todas as crianças, de igual modo, às crianças com deficiência. É importante que a escola enfatize a relação criança-família-comunidade, pois, a criança, quando pequena, necessita de um exemplo moral para confirmar as suas ideias, e quando os conhecimentos são mesclados na sua realidade social e cultural, ela aumenta o nível de assimilação.

A presença tanto da família quanto da comunidade na escola deve estar assentada em três princípios básicos: da interdependência, ou seja, da compreensão de que a comunidade necessita da escola e esta da comunidade, de que existe a necessidade intrínseca uma da outra; princípio da cooperatividade, onde a troca de ideias, recursos, conhecimentos sustentam as duas instituições e finalmente o princípio da interação dos atores sociais, onde cada agente deverá exercer seu papel como mobilizador sinalizando para a resolução dos problemas em comum (SCHRAMM, et al, 2019, p. 121).

Ademais, na contemporaneidade, com o surgimento de novas teorias relacionadas às práticas pedagógicas, o processo educacional se tornou experimental, ou seja, baseado nas experiências das crianças, o que implica em uma reavaliação das metodologias utilizadas em sala de aula, pois, as crianças devem ser colocadas como o centro do processo de ensino-aprendizagem e construir os seus conhecimentos, e o professor deve assumir a posição de mediador, promovendo a interação direta entre a criança e os objetos de aprendizagem, tendo em vista que, “[...] o conhecimento não tem sua gênese nem no sujeito, nem no objeto, mas resulta das interações estabelecidas entre o sujeito e objeto pela ação do sujeito [...]” (COLLARES, 2003, p. 49).

Portanto, o professor deve incentivar as crianças a interagir na aula, com os conteúdos, com as demais crianças e com os professores; e os próprios professores podem interagir entre si, utilizando da interdisciplinaridade para aperfeiçoar o ensino, removendo dos estudantes, o caráter de receptores passivos, pois, o homem se constitui na linguagem, portanto, as práticas pedagógicas devem instigar a comunicação.

Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito à avaliação realizada na Educação Infantil. Ela deve possuir, como objetivo central, o acompanhamento e o registro do processo de desenvolvimento das crianças, sendo um registro que contribuirá para a não descontinuidade da aprendizagem, com base no seu cotidiano; e não ser utilizada como uma forma de medir e de determinar as suas capacidades, logo, deve ser realizada sem fins classificatórios ou de categorização, podendo ser utilizado como base, o Referencial Curricular Nacional para a



Educação Infantil, que dispõe de objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os educadores.

Logo, é importante que a instituição educacional invista em formações para os profissionais, colaborando para o cumprimento de suas responsabilidades com as crianças, e estar preparada também com profissionais de Educação Especial para quando se fizer necessário, buscando incluir e promover experiências a todas as crianças nas atividades escolares, e se adaptar às adversidades e contratempos que podem ocorrer na convivência em sala de aula. Os professores devem atentar-se também, para uma autoavaliação, analisando as suas práticas pedagógicas, de modo a abranger a turma como um todo, e promover a participação ativa das crianças, visando aumentar o seu nível de desenvolvimento.

Pelo fato de as instituições de Educação Infantil serem designadas como creches, os profissionais da Pedagogia acabam por serem confundidos com babás, descompromissados e sem intencionalidade pedagógica, a concepção que a vincula apenas ao zelar ainda se faz presente, mas que ora, não faz mais jus. O cuidar é essencial, bem como o educar, sendo indissociáveis. Bem como, explicita a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

[...] As creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2018, p. 36).

Assim, cabe ressaltar a importância do profissional da Pedagogia, nessa etapa da educação, trabalhando com afetividade, por se tratar de um novo vínculo, em que a criança está maturando as suas habilidades motoras, cognitivas, emocionais, sua comunicação e sua personalidade. As ações realizadas nessa fase reverberarão na sua vida adulta, então é importante que desde cedo seja trabalhada a autonomia. Para tanto, é necessário que a criança esteja em constante estimulação, e que ela encontre no ambiente escolar, segurança e conforto para os novos desafios.

Logo, um professor amoroso que ensina através do exemplo da constante reflexão da sua prática, cultiva nas crianças o desejo por aprender, contribuindo para o seu melhor desenvolvimento. Dessa forma, Cunha (2010, p. 37) aponta:

[...] Muitos estudiosos da neurociência falam do cérebro afetivo-emocional, onde as emoções são organizadas, em regiões interconectadas, dando equilíbrio ao



comportamento humano. Elas ajudam ao aprendente na concentração, no fluxo de atenção, no registro, na lembrança e, fundamentalmente, no prazer de aprender e ensinar, estabelecendo vínculos educativos entre o professor e o aluno.

Assim sendo, o ser humano se desenvolve através da coletividade, ou seja, constrói sua identidade por meio das relações que nutre. Portanto, educadores e familiares são peças-chave na formação da personalidade das crianças, e devem estar atentos ao fato de que suas ações têm grande impacto, assim, uma relação que tem por base o autoritarismo e níveis de criticidade elevados, não forma pessoas autônomas, com bons relacionamentos pessoais e interpessoais, mas o contrário disso.

Na Educação Infantil, é preciso abandonar de vez o ensino tradicional, passivo e sem significado para as crianças, e priorizar que elas estejam no centro do conhecimento e da aprendizagem, como na teoria construtivista, em que, o professor não é um centro do conhecimento, visto que, elas trazem consigo experiências, de grande valia para as aprendizagens, que não ocorrem somente na sala de aula. Cabe então, ao educador saber ouvi-las. Assim sendo, tornam-se sujeitos na sua própria aprendizagem, por meio de experiências concretas relacionadas à sua vida, elas já entram na escola com sua própria bagagem através de suas próprias experiências, na relação com sua família e o mundo que a rodeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se importante a desvinculação da visão que se impõe sobre as creches e pré-escolas, como espaço somente de cuidado e acolhimento, sendo um ambiente formal de ensino que trabalha no desenvolvimento e autonomia de seus alunos, que trazem experiências significativas em suas vidas, tendo como princípio, as relações e experiências sociais que se estabelecem nesse ambiente. Assim, a escola é um agente construtor de aprendizagem, logo, por meio dessas interações, as crianças terão elementos para compreenderem o mundo em que vivem e conhecer a si próprio, sendo o primeiro contato social para além do seu círculo familiar. Portanto, a escola e a família, devem trabalhar de forma conjunta para o melhor desenvolvimento das crianças.

Dessa forma, a atuação do profissional de educação se dará na construção dessas experiências, pois, por mais simples que pareça, todas as experiências apresentam um significado, como, por exemplo, para aprender a segurar um lápis, existem atividades anteriormente trabalhadas por meio de brincadeiras intencionais, para que a crianças desenvolvam a sua coordenação motora; assim, para cada habilidade a ser desenvolvida, existe



uma maneira de se trabalhar através da ludicidade; quando bem sucedidas, as atividades constituirão a autoestima que a criança tem sobre si, o que a instigará sempre na busca de novas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 02 fev. 2022.

CALDEIRA, L. B. **O conceito de infância no decorrer da história**. Montes Claros, 2010. Disponível em: < <https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/O-Conceito-deInf%C3%A2ncia-no-decorrer-da-inf%C3%A2ncia.pdf>> Acesso em: 05 de fev. de 2022.

COLLARES, D. **Epistemologia genética e pesquisa docente: estudo das ações no contexto escolar**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

CUNHA, E. **Afeto e Aprendizagem**: Relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010. 132p.

OLIVEIRA, Z. R. de O. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHRAMM, S. M. de O. et al. **Fundamentos da Educação Infantil**. 3. ed. Fortaleza: Copyright, 2019. 152p.